

**Identidades culturais na América portuguesa**

Edneila Rodrigues Chaves\*

**Resumo**

As incursões de caráter colonizador na América portuguesa promoveram contato entre portugueses e nativos. Os colonizadores se aventuraram pelo interior – denominado de sertão – com representações já construídas para esse território: lugar no qual se poderiam encontrar riquezas, mas distante e não colonizado. A chegada de portugueses em áreas ocupadas por nativos resultou em intensos confrontos entre ambos os povos. Pretensamente civilizados, os colonizadores objetivaram civilizar e catequizar os indígenas. Nesse contato de matrizes culturais distintas, as relações foram conflitantes e acomodativas também. Práticas culturais diferenciadas foram desenvolvidas em um mesmo território, promovendo um processo de sobreposição, mestiçagem e influência de costumes e de hierarquização de culturas.

**Palavras-chave: América portuguesa – culturas**

**Abstract**

The colonizing incursions in Portuguese America have led to the contact between the Portuguese and the natives. Colonizers ventured into the heart of the country – known as *sertão* or backlands – with preconceived representations of that territory: place where one could find riches, but distant, not colonized. The arrival of the Portuguese in areas occupied by natives resulted in fierce confrontations between them. The supposedly civilized colonizers aimed at bringing civilization and catechizing the natives. In such contact between distinct cultural matrixes, relations were conflictive but also accommodating. Different cultural practices were employed in the same area, thus forging a process of overlapping, mixing and influencing habits and cultural hierarchy.

**Key words: Portuguese America – cultures**

Tratando-se da colonização portuguesa na América, o território de Rio Pardo é aqui abordado nos aspectos da conquista, da ocupação e do povoamento, bem como do contato entre culturas. Situado ao norte da capitania das Minas Gerais, esse território foi um dos pontos de encontro entre nativos e colonizadores portugueses. A primeira incursão no norte mineiro de caráter colonizador foi realizada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554. A iniciativa de organizar essa expedição foi do governador Tomé de Souza, motivado pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. Partindo de Porto Seguro, a expedição percorreu várzeas e bacias do rio Jequitinhonha e do rio Pardo, andou pela serra do Espinhaço e passou pelo rio São Francisco. Realizando um percurso de 350 léguas, os desbravadores retornaram ao litoral. Entretanto, não levaram minérios nem pedras preciosas, apenas informações sobre o sertão e sobre as prováveis

riquezas existentes.<sup>1</sup> Reconhecida como primeira incursão significativa nos sertões, a expedição de Francisco de Spinosa inaugurou uma série de buscas incansáveis pelas supostas minas sertanejas.

### *Conquista e ocupação no norte mineiro*

A chegada de portugueses em áreas ocupadas por nativos foi resultado das demandas do processo de colonização. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação forçaram os povos nativos a se deslocar na tentativa de garantir sua sobrevivência. Entretanto, os confrontos foram frequentes, intensificando-se à medida que os colonos se apropriavam das terras. Várias localidades foram fundadas mediante a submissão dos indígenas. A passagem de bandeirantes por locais habitados por esses povos resultava em escravidão, expulsão e morte. Um exemplo foi o arraial de Vitória da Conquista, no sertão da Ressaca, que pertenceu à freguesia de Rio Pardo. O nome escolhido para o lugar é alusão à vitória dos conquistadores sobre os índios que habitavam a localidade.

As entradas empreendidas pelos desbravadores atendiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da administração colonial portuguesa. A conquista e a ocupação do interior decorreram da busca por metais e pedras preciosas, das expedições militares para o combate de grupos indígenas e da condução do gado para o interior. Com a ocupação, ocorreu a expropriação das terras dos nativos. No processo de conquista do citado arraial de vitória da Conquista implementado por João da Costa, as terras dos indígenas foram tomadas pelo desbravador e seus familiares, que se tornaram proprietários e criadores de gado na região.

No que se refere à ocupação de Rio Pardo nesse contexto colonial, é oportuno lembrar que o tenente-general Matias Cardoso de Almeida e outros companheiros de lutas obtiveram da coroa portuguesa a doação de uma sesmaria. Localizada entre os rios Pardo e Doce com aproximadamente oitenta léguas, a sesmaria foi uma recompensa pelos seus trabalhos no combate ao quilombo de Palmares. No grupo desses sertanistas paulistas, encontrava-se o bandeirante Antônio Luís dos Passos, que estabeleceu sua morada às margens do rio Pardo em 1698. Ele percorreu o território em busca de riquezas minerais, que já haviam sido confirmadas por expedições anteriores.

A partir de então, pessoas vindas de diferentes partes foram fixando residência na localidade, ocupando-se com atividades de extração mineral, de criação de animais e de

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>1</sup> CARTA de João de Aspícueta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, p. 1.159-1.162.

agricultura. Assim floresceu o arraial de Rio Pardo, na confluência dos rios Pardo e Preto. Rios minerados, fazendas de criação de gado e plantações de algodão e outras lavouras desenharam novo perfil para o território. O aumento do número de moradores veio com a descoberta dos ribeirões auríferos das minas novas, em 1727, e com a abertura da estrada de Minas Novas até a Bahia, passando pelo arraial.

O deslocamento de garimpeiros de áreas diamantinas foi outro fator que contribuiu para o povoamento de Rio Pardo. As perseguições administrativas no Distrito Diamantino movidas contra os garimpeiros forçaram-nos a buscar trabalho em outras regiões. Uns foram para as lavras diamantinas na Bahia, enquanto outros não arriscaram a ir muito longe, optando em avançar um pouco ao norte da capitania, na tentativa de descobrir novas minas. As buscas não foram em vão. Data de 1768 a descoberta de riquezas minerais na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, para onde se dirigiu um grande número de aventureiros. A ocupação da serra levou à fundação do arraial da Serra de Grão-Mogol.

Nessa mesma época, ouro e diamantes foram achados no rio Peixe Bravo que se situava próximo das nascentes do rio Pardo, região circunvizinha de Grão-Mogol. O lugar desse novo descoberto ficou denominado Serra Nova. Em Itacambira, em 1769, o sargento-mor José de Abreu Motta já supunha que o rio Peixe Bravo fosse farto em riquezas diamantinas.<sup>2</sup> Diante da possibilidade de encontrar essas riquezas, gente vinda da Bahia e do Distrito Diamantino espalhou-se pela região, com muitas pessoas se fixando em Serra Nova. Garimpeiros perseguidos pelo patrulhamento da serra de Grão-Mogol iam também para a região do baixo rio Pardo.

Além da atividade de extração mineral, a ocupação e o povoamento de Rio Pardo estiveram ligados a outro processo: o da expansão econômica das áreas ao sul da capitania da Bahia e ao norte da mineira. Essa extensa área estava inserida nas rotas de busca por riquezas minerais e nas de expansão dos currais de gado bovino. As duas frentes de ocupação do norte mineiro, que vieram da Bahia e de São Paulo, deixaram a questão em aberto sobre a precedência de baianos ou de paulistas no seu processo de povoamento. Há uma vertente de análise que demonstra a predominância dos baianos nesse movimento, os quais instalaram fazendas de gado bovino na região desde o século XVII. Nessa interpretação, as bandeiras

---

<sup>2</sup> AHU, cx. 99, doc. 15 *apud* PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 46-51.

paulistas não deram continuidade ao povoamento, como ocorreu com as correntes vindas da Bahia.<sup>3</sup>

Outra tese, de argumentação contrária, afirma que a primeira onda de povoamento da região em questão foi paulista. O que se verifica é que importantes bandeiras paulistas instalaram grandes fazendas de criação no vale do rio São Francisco, contribuindo para o povoamento da região.<sup>4</sup> Esse impasse permite pensar em uma terceira via de interpretação, articulada a partir não da defesa de exclusividade de uma frente ou de outra, e sim da compreensão de que esse processo de povoamento foi promovido por ambas frentes. De fato, ocorreu uma simultânea presença de baianos e de paulistas na região, explorando, ocupando e povoando. A permanência deles no território permite inferir que uns e outros participaram efetivamente desse processo.

As fazendas de gado estabelecidas na Bahia no governo de Tomé de Souza fomentaram o povoamento da região em terra. O governo já tinha interesse em levar a pecuária para o interior quando, em 1701, proibiu-se a pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, uma vez que o solo massapê do recôncavo estava destinado à produção açucareira. Assim, o estabelecimento inicial de conquistadores portugueses no interior ocorreu a partir da pecuária. Esta atividade assumiu caráter subsidiário à produção açucareira e foi empurrada para longe da costa e dos núcleos urbanos litorâneos. A expansão partiu de Salvador e de Olinda – os dois mais importantes núcleos urbanos da zona da cana-de-açúcar no início do século XVII.

Inúmeras fazendas de criação foram estabelecidas na região norte da capitania e ao longo do rio São Francisco. Os latifundiários Antônio Guedes de Brito e os Garcia D'Ávila, com suas extensas sesmarias às margens desse rio, foram grandes empreendedores nesse processo de ocupação e de povoamento. Parte do território que se constituiria no termo de Rio Pardo pertenceu a Antônio Guedes de Brito, que era filho de portugueses. Ele possuiu enorme faixa de terra à margem direita do rio São Francisco. Ela se localizava entre a capitania da Bahia e das Minas e correspondia a aproximadamente 160 léguas de extensão. Em seus dilatados domínios, bens da Casa da Ponte, havia fazendas, como também sítios para venda e arrendamento, onde se desenvolveram a pecuária e a agricultura.

No início do século XIX, os bens da Casa da Ponte no Brasil eram de propriedade do herdeiro João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, sexto conde da Ponte,

---

<sup>3</sup> Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 197. Urbino Vianna e Salomão de Vasconcellos têm argumentação similar à de Caio Prado Júnior. Cf. VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*; VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*.

<sup>4</sup> Cf. TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*.

nascido em Portugal. Ele veio para o Brasil em 1805, quando foi nomeado governador da Bahia. O patrimônio era composto de seis distritos: Jacobina, Rio de Contas, Caetité, Urubu, Xique-Xique e Rio Pardo. Nos distritos, existiam as fazendas do proprietário e porções territoriais para arrendamento e para venda. Em 1813, os bens inventariados da Casa da Ponte estavam alocados como animais, escravos, terras e acessórios. Os investimentos em Rio Pardo, que representavam 11% do patrimônio, foram principalmente em gado e em escravos, tendência que se confirmou também para o conjunto de bens.

No *Livro do Tombo da Casa da Ponte no Sertão do Rio Pardo em 1819*<sup>5</sup>, foi registrado o tombamento dos prédios arrendados e dos devolutos do distrito de Rio Pardo. Eram 105 sítios, com informações de limites, de rendeiros e de compradores, como também de valores dos prédios e dos arrendamentos. Além dos sítios, a Casa da Ponte mantinha em Rio Pardo cinco fazendas de criação de bovinos e de eqüinos, nas quais era utilizada a mão-de-obra escrava. Nelas, havia um rebanho de 2.504 cabeças de gado *vacum*, 69 animais cavалares e 117 escravos.<sup>6</sup> As atividades econômicas desenvolvidas nos sítios e nas fazendas estiveram inseridas no processo de ocupação e de povoamento do norte mineiro. Nessa região, foi desenvolvida uma economia baseada na agricultura e na criação de bovinos, que atendeu ao abastecimento alimentar e à demanda da atividade artesanal pelo couro. Quanto à força do animal, ela foi utilizada no transporte de cargas e nas atividades manufatureiras.

Em princípios do século XVIII, essa região norte já se encontrava em condições de suprir o aumento da demanda por alimentos nas áreas de mineração da capitania. As principais rotas de abastecimento das minas e do contrabando do ouro estavam localizadas nela. Um conjunto de fatores possibilitou o estabelecimento de redes de comunicação e de comércio entre o norte mineiro e as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de Goiás, em um processo de consolidação do mercado nacional. Rio Pardo, por exemplo, era um povoado com aproximadamente seis mil habitantes já por volta do início do século XIX. Os moradores viviam da criação de gado e da plantação de algodão, arroz, milho e mandioca. Comercializavam com negociantes das Bahia, principalmente, bois, cavalos e algodão.<sup>7</sup> Nesse território, que outrora era habitado exclusivamente por povos nativos, estava constituída uma população que se ocupava predominantemente das atividades de criação de animais e de agricultura.

---

<sup>5</sup> IHG-MG. Livro do Tombo da Casa da Ponte no Sertão do Rio Pardo em 1819.

<sup>6</sup> Cf. PIRES, Simeão. *Raízes de Minas*, p. 283.

<sup>7</sup> Cf. SAINT-ADOLPHE, J. Milliet de. *Diccionario geographico, historico e descritivo do Imperio do Brasil*, p. 424-425 *apud* COTRIM, Dário. *Ensaio histórico do distrito de Serra Nova*, p. 16-17.

*Culturas: nativa, portuguesa e mestiça*

As regiões do norte mineiro e do sul da Bahia foram habitadas pelos índios aimorés – conhecidos como botocudos –, pelos mongoiós, pelos pataxós e pelos índios tapuias, dentre outros. Apesar da grande diversidade cultural, as culturas desses povos foram generalizadas pelos contemporâneos. As designações impuseram uma unidade cultural que não existiu, camuflando suas identidades próprias e promovendo um processo de desconstrução de suas sociedades. Os índios denominados tapuias predominavam em Rio Pardo. As aldeias indígenas eram numerosas na região dos rios Pardo e Jequitinhonha. No final do século XIX, os índios eram encontrados às margens do rio Pardo em aldeamentos “pacíficos” e em tribos “bravias”,<sup>8</sup> adjetivos recebidos dos povos ditos “civilizados”.

Por meio da construção de aldeamentos, os colonos recorreram à exploração do trabalho indígena, associada a ações de violência. Isso resultou na redução de grupos e, por vezes, na dizimação de tribos inteiras. O interesse era de submeter e de controlar a mão-de-obra indígena. O exemplo do aldeamento do Salto do rio Pardo no século XVIII é significativo neste aspecto. Os botocudos foram estabelecidos em áreas próximas aos quartéis, construídos para a defesa das vias de circulação. Com o aldeamento, visou-se utilizar a mão-de-obra desse grupo e apossar-se dos seus territórios.

Grupos não aldeados da região – como os pataxós e subgrupos dos botocudos – foram constantemente combatidos. O processo de aldeamento nas margens do rio Pardo e adjacências continuou pelo século XIX. O missionário e diretor dos índios da região do rio, Luiz de Grava, informava ao governador da Bahia que na localidade do Salto havia três aldeamentos: o da Lagoa, habitado pelos índios botocudos; o do Catulé, pelos camacãs; e do Cachimbo, pelos índios mongoiós. Ele acrescentava ao governador que “ainda” havia uma tribo em “estado selvagem”, conhecida por pataxó, com seus membros bastante bravos e sem relações com as outras nações.<sup>9</sup>

Cachoeira Grande, localidade próxima às margens do rio Pardo, foi um lugar indicado pelos vereadores da vila de Rio Pardo para a instalação de uma colônia de degredados em 1834. Com terras apropriadas para a agricultura e ricas em ervas e raízes medicinais, Cachoeira possuía matas “abundantes de madeiras”, que eram utilizadas em construções navais e mecânicas, em marcenaria e em tinturas. Na opinião dos vereadores daquele ano,

---

<sup>8</sup> Cf. NEVES, Antonino. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 371-372.

<sup>9</sup> CORRESPONDÊNCIA do missionário e diretor dos índios do rio Pardo. 25/1/1870. APEB, Seção colonial e provincial, série governo/câmara, 1863-1889, maço 1464 *apud* IVO, Isnara. *A tragédia do Tamanduá*, p. 44.

povoar a localidade era vantajoso para a província e para os futuros colonos. No entanto, para “a segurança dos degredados”, era necessário providenciar um destacamento de trinta a quarenta soldados. A presença ininterrupta de soldados armados era solicitada diante do perigo que os nativos representavam.

Já com a aldeia Chique-Chique o procedimento foi diferente. Os vereadores da vila, em 1840, solicitaram do presidente da província uma quantia em dinheiro para compra de vestuário e de ferramenta para os indígenas da aldeia. Eles já visitavam a vila em grupos numerosos, e a intenção era atraí-los para que as visitas se tornassem mais frequentes, facilitando, assim, “sua civilização”.<sup>10</sup> Os índios “mansos”, que moravam nos aldeamentos no interior dos bosques, iam também à vila acompanhados de alguns “bravos”, mas em “caráter pacífico”.<sup>11</sup>

A cooptação de índios foi uma ação recorrente. Em 1845, um decreto imperial versava sobre a catequese e civilização dos índios. As províncias passavam a contar com um diretor-geral, que faria um levantamento de dados sobre os povos indígenas. Cabia ao diretor desenvolver uma política de estímulo aos aldeamentos, às atividades agrícolas e à cristianização. Nas aldeias, seriam distribuídas ferramentas e tarefas de cultivo, com o entendimento de que nelas os índios “aprenderiam as vantagens da civilização”.<sup>12</sup> Na presidência da província mineira, já em 1837, a avaliação era de que a população aumentaria consideravelmente, caso se conseguisse “arrancar das matas e trazer à civilização as hordas selvagens que por elas anda[va]m errantes”.<sup>13</sup> Para além da questão civilizatória, essas evidências revelam o interesse de autoridades em submeter, controlar e explorar a mão-de-obra indígena.

As relações estabelecidas entre portugueses, bem como seus descendentes, e indígenas podem ser compreendidas como um processo de aculturação dos últimos.<sup>14</sup> Constituíam-se em duas sociedades de força desigual – uma dominante e outra dominada –, cujo processo possuía duas características: uma interna, a heterogeneidade destas culturas, outra externa, a dominação dos portugueses exercida sobre os povos nativos. Nesse contato, os portugueses estabeleceram um controle direto sobre a sociedade indígena e dirigiram esse processo de aculturação imposta. Os sistemas de valores de ambas as sociedades faziam-se presentes. Os indígenas experimentaram a intervenção externa como um atentado às suas tradições, que

---

<sup>10</sup> APM. CCRP. PP 1.33, cx. 223, doc. 52, 1840.

<sup>11</sup> Cf. NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 369.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

<sup>13</sup> RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais, 1837 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

<sup>14</sup> Cf. sobre o conceito de aculturação : WACHTEL, Nathan. *História*, p. 113-129.

violou o dinamismo interno da sociedade. Esse processo promoveu a incorporação de elementos estranhos ao sistema indígena. Indicativos disso foi a compra de vestuário e ferramentas para os indígenas da aldeia Chique-chique, bem como a política imperial brasileira, já citados anteriormente. Para além disso, a agressão sofrida levou à elaboração de estratégias de recusa à aculturação imposta.

Nesse contato cultural, os conflitos foram constantes, mas houve também adaptação e reestruturação. No conflito, os elementos opostos das culturas em contato tendem a se excluir mutuamente. Eles se enfrentam e se opõem, mas tendem a se interpenetrar, a se conjugar e a se identificar.<sup>15</sup> As relações entre os grupos tendem a se aproximar. Os elementos das culturas envolvidas se acomodam ao novo contexto de contato, no caso colonial. Aqui é preciso salientar que os contatos nem sempre colocam em evidência todos os elementos das culturas em questão. Nesta perspectiva, o universo cultural na colônia portuguesa é compreendido como um todo dinâmico onde os diferentes grupos sociais influíram uns sobre os outros, ainda que um grupo tenha prevalecido. Tal dinamismo gerou tanto mestiçagem quanto coexistência de heranças diversas.

O nativo, o português e seu descendente e, posteriormente, o africano desenvolveram práticas culturais, compartilhando um mesmo território. Neste sentido, coexistiam matrizes culturais distintas: algumas eram nativas, outras de origem européia e africana e outras se constituíram a partir de influências recíprocas em um processo de mestiçagem. A partir das ações de intervenção desses povos, desencadeou-se um processo de misturas, de trocas, de influência, de intermediação, bem como de antagonismo e de superposição de culturas.<sup>16</sup>

Em Rio Pardo do século XIX, os indígenas continuavam sendo vistos pelos administradores locais como bárbaros “mansos” e “bravos”. Com os “mansos”, as relações foram menos conflituosas, ao contrário da relação com os “bravos”. As visitas à vila e as relações fundamentadas no valor da amizade aproximaram indígenas e outros habitantes de Rio Pardo. Civilizar os índios que habitavam os arredores da vila era meta dos administradores locais. Assim, a vila constituía-se em parâmetro de civilização para julgar os indígenas bárbaros. Nessa relação estabelecida, é visualizada uma clara apropriação das noções de civilização e de barbárie, correntes no Brasil do século XIX.

---

<sup>15</sup> Cf. BELTRÁN, Gonzalo Aguirre, *El proceso de aculturación* apud GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*, p. 45.

<sup>16</sup> Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*.



## Referências bibliográficas

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982. Contribuição da história das civilizações.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- COTRIM, Dário Teixeira. *Ensaio histórico do distrito de Serra Nova*. Rio Pardo de Minas, 2000.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: companhia das Letras, 2001.
- IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do município do Rio Pardo. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, p. 355-486, 1908.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da serra de Santo Antônio do Itacambiraçu*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, 1979.
- OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo: estudo das bandeiras paulistas na descoberta de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1935.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.